

## A DESPESA EM PORTUGAL: ESCOLHAS E CONFLITOS<sup>1</sup>

--

## EXPENDITURE IN PORTUGAL: CHOICES AND CONFLICTS

**Glória TEIXEIRA (coord.)**

Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal

[gteixeira@direito.up.pt](mailto:gteixeira@direito.up.pt)

**António Graça MOURA**

Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal

**Leonor CASTRO**

Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal

**Lucas OLIVEIRA**

Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal

**Matilde ANDRADE**

Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal

**Afonso CORREIA**

Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal

**Valéria AZEVEDO**

Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal

### Resumo

É objetivo deste artigo explicar o conceito de despesa pública e privada em Portugal, apresentar a sua evolução nos últimos anos e dar nota de alguns desafios futuros que terão de ser compatibilizados com o envelhecimento populacional e os níveis de investimento público e privado.

Alerta-se para a necessidade de um maior rigor orçamental e da importância de uma correta aplicação de políticas económicas, alicerçadas numa sociedade civil mais instruída e dotada de competências tecnológicas e digitais.

**Palavras chave:** despesa da nação, dívida pública; endividamento privado

### Abstract

This article aims to explain the concept of public and private expenditure in Portugal, to present its trends in recent years and emphasize future challenges that shall take into account the ageing population and the public and private investment levels.

It raises awareness to the need of an increased fiscal discipline and an adequate implementation of economic policies based upon a civil society with enhanced technological and digital skills.

**Keywords:** nation expenditure; public debt; private debt

---

<sup>1</sup> Este artigo foi apresentado no dia 29 de maio de 2021, por Glória Teixeira e Ana Sofia Carvalho, nas *XV Jornadas Internacionais sobre “Grandes Problemáticas do Espaço Europeu”*, organizadas pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

A abordagem nele adotada segue uma ótica direcionada não em exclusivo para os diversos aplicadores e intérpretes do direito (*i.e.* magistrados, advogados ou juristas), tendo sido pensada e preparada também para a comunidade em geral.

Um agradecimento é devido à Dra. Ana Sofia Carvalho, Juíza no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, e à Dra. Marlene Teixeira de Carvalho, Advogada, pela colaboração prestada na revisão deste artigo.

## 1. Introdução

Do ano de 2011, a memória mais marcante para todos os portugueses residirá no momento em que foi anunciado ao país o pedido de ajuda económica e monetária a nível externo. Desde então que o termo “Troika” alarma todos os portugueses, principalmente por causa dos sacrifícios enfrentados para cumprir o Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, com um pacote de assistência financeira, para o período de 2011 a 2014, de um total de 78 mil milhões de euros. Ainda que este tenha terminado a 30 de junho de 2014, tendo-se seguido a fase de monitorização pós-programa, a verdade é que a situação financeira e económica do país melhorou nos últimos anos em diversos indicadores.

Recuando na história, o nosso país foi já alvo de 3 resgates internacionais. O primeiro registou-se em 1977, estávamos no rescaldo do 25 de abril e o nosso país ainda lutava para se adaptar à democracia.

O segundo resgate deu-se em 1983, durante o período do chamado “Bloco Central”, um Governo de coligação entre o Partido Social Democrata e o Partido Socialista, sendo o executivo liderado por Mário Soares. Pode afirmar-se que este governo foi quase um governo de emergência nacional, criado com a missão de combater a grave situação económica que o país enfrentava.

O último resgate ocorreu em 2011. Face a estes factos, será que podemos afirmar que Portugal é, efetivamente, um chamado “país despesista”, em que os cidadãos, parte essencial do Estado, vivem acima das suas possibilidades? Será que o nosso país é, como descreveu o então Presidente do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem, em 2017, um país que gasta todo o dinheiro em mulheres e álcool e, depois, pede ajuda externa? Apesar de não se ter dirigido a nenhum país em particular, é algo que nenhum de nós portugueses, nem nenhum habitante de um país do Sul da Europa esquecerá num futuro próximo, ou mesmo longínquo.

Focando-nos na atualidade, o Relatório emitido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), datado de julho de 2019, afirma que há um desequilíbrio na balança comercial, apesar dos esforços realizados para o aumento das exportações. O que é que isto significa? Significa que o nosso país continua a importar mais produtos do que aqueles que exporta, o que provoca o mencionado desequilíbrio, e faz com que a economia portuguesa desacelere, o que se constatou na segunda metade de 2018. Será que isto quer dizer que continuamos a viver acima das nossas possibilidades e não aprendemos com os erros do passado? Será que os fantasmas do passado vão voltar para nos assombrar, uma vez mais?

A verdade é que, nos séculos anteriores, as despesas do Estado prendiam-se com a defesa, com o exército, com a proteção da nação face a ameaças externas. Em 2019, em pleno século XXI, a nossa despesa prendeu-se com a saúde, com a segurança social e com a educação, mas maioritariamente com as duas primeiras.

De facto, o nosso país tem vindo a assistir, nos últimos anos, a um envelhecimento populacional, que se deve ao aumento da esperança média de vida e a uma diminuição da taxa de natalidade.

Nascem cada vez menos crianças e, por isso, não há uma renovação de gerações, o que quer dizer que não há futuros trabalhadores para assegurar a sustentabilidade da segurança social.

No entanto, ainda que quanto ao défice se tenha conseguido, em 2019, o primeiro excedente orçamental da democracia portuguesa, é de salientar que a dívida pública portuguesa é bastante elevada, ultrapassando excessivamente a percentagem estipulada nos tratados europeus.

## 2. A despesa da nação

Portugal enfrenta três crises: a crise do crescimento económico, das finanças públicas e do endividamento externo. Temos uma economia debilitada e com vários setores pouco competitivos, sendo crucial marcar o objetivo de atingir o equilíbrio orçamental (ou excedente) e diminuir a dívida pública. Algumas más políticas ou uma visão pouco estratégica do desenvolvimento do país ajudaram ao desequilíbrio orçamental. No entanto, há outros problemas: baixa natalidade; desertificação do interior do país; regresso da emigração; baixa taxa de poupança e falta de transparência nos nossos serviços públicos. Por contrapartida, temos como consequências o aumento do desemprego ou o agravamento dos desequilíbrios das contas públicas. *“Há quatro grandes causas da crise nacional: o euro, a perda de competitividade das nossas exportações nos mercados internacionais, os erros na condução da política económica e uma baixa acentuada do crescimento da produtividade”* (Santos Pereira, 2011, 35). Assim Álvaro Santos Pereira descreve as raízes da gravíssima dívida pública que Portugal tem enfrentado com dificuldade até hoje.

O maior motivo para se incluir o euro neste elenco prende-se com o facto de, com o mesmo, deixarmos de poder desvalorizar a moeda quando precisamos de tornar as nossas exportações mais baratas e, pelo contrário, as importações mais caras (para fazer frente ao défice externo do país). Sem o controlo da política cambial, a única arma que nos resta para conseguirmos penetrar nos mercados internacionais é o crescimento da produtividade e a restrição dos custos de produção.

A par do fim da política cambial independente, o mesmo sucedeu com a política monetária, apesar do seu impacto não ser comparável ao do primeiro. Depois de 1999, a política monetária passou a ser determinada com base na evolução da economia da zona euro e não conforme as específicas necessidades da economia nacional.

Tendo perdido os referidos poderes, Portugal tem de deixar-se levar pela maré da União, obrigado a prosseguir a política definida pelo BCE para os Estados-membros.

É neste cenário que a grande “fúria despesista” se faz sentir tanto. Na azáfama da novidade e do consumo, o país endividou-se, extasiado com os juros baixos. Ao invés de realizar poupança e de prevenir tempestades, o governo aumentou as despesas públicas, sendo que nos primeiros anos do euro, a política orçamental revelou-se excessivamente expansionista, acumulando dívida pública e, conseqüentemente, desequilibrando as contas públicas. Além de tudo isto, ocorreu uma diminuição do custo do financiamento externo da economia portuguesa, isto é, com a descida das taxas de juro e a maior facilidade em obter crédito, muitas famílias, bancos, empresas e o próprio Estado endividaram-se de forma crescente. Este sim é o problema que coloca em causa todas as gerações vindouras.

É, por isso, importantíssimo aumentar a poupança, nomeadamente através de esquemas financeiros complementares ao financiamento público da segurança social.

Pode continuar a haver uma evolução positiva, se melhorarmos em inovação, qualidade dos produtos e melhoria das qualificações da população. Com efeito, para a economia se tornar mais produtiva e mais competitiva, a chave será o empreendedorismo e a iniciativa privada. Além disso, há que fomentar a aposta emblemática no turismo, mais diferenciado, fomentando também o turismo interno e, com isto, contribuir para o combate às desigualdades regionais e para o dinamismo económico das áreas do interior.

Além disso, há que sublinhar o crescente peso do Estado e o prolongamento desgastado e penoso da ideologia do fontismo. Esta remete-nos para o século XIX e caracteriza-se pela ânsia ofegante de programas de obras públicas como recurso perante qualquer situação, seja para criação de emprego e por motivos de modernização, seja pela competitividade das exportações, e a lista continua.

Tradicionalmente, somos um povo poupador mas as maiores facilidades de crédito e os juros mais baixos decorrentes da entrada na Zona Euro levaram a que os portugueses começassem a ambicionar bens de luxo a que não estavam acostumados, e entre eles a habitação própria. Isto conduziu ao aumento do endividamento privado (particulares e empresas), que tem como problema principal o facto de, quando temos de pagar as nossas dívidas passadas (tanto o empréstimo, como os juros respetivos), menos resta do rendimento para o consumo, a poupança e o investimento.

Despesismo sem disciplina, difusão tentacular da administração pública, a ânsia dos governantes em deixar obra feita e as políticas associadas a grupos de interesse. Tudo isto encaminhou o país para o aumento da dívida pública e privada, sendo particularmente grave o excessivo nível de endividamento das empresas (públicas e privadas).

Com o despesismo, o aumento do peso do estado começa a revelar-se prejudicial e isto é exatamente o contrário do ideal.

No entanto, a economia portuguesa viu melhorias positivas no mercado de trabalho, o setor bancário encontra-se em recuperação e o Estado tem obtido maior receita fiscal. Ainda assim, o nosso país continua vulnerável em face de circunstâncias externas (com os riscos externos a aumentar).

Verificam-se elevados níveis de endividamento das empresas e das famílias – muito embora a dívida das famílias tenha visto uma diminuição, ela situava-se ainda em 2020 em 69,6% do PIB<sup>2</sup>. O recurso ao crédito aumentou, favorecido pelas taxas de juro reduzidas, pelo aumento de rendimentos proporcionado pelo crescimento económico e algumas políticas governamentais; o que traduz, por um lado, um aumento de confiança dos consumidores. O endividamento das empresas também continua elevado, situando-se em 2020 em 129,5% do PIB<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/financas-publicas/detalhe/endividamento-da-economia-portuguesa-disparou-para-3688-do-pib-em-2020> [16.05.2021].

<sup>3</sup> *Idem*.

Deste modo, famílias e empresas ficam sujeitas a flutuações eventualmente adversas nos mercados financeiros, como o aumento das taxas de juro (que levará a um encarecimento dos créditos). Para contrariar potenciais adversidades, é necessário aumentar a poupança.

A causa do endividamento das famílias seria a compra de eletrodomésticos, automóvel, viagens, um maior consumo e outras comodidades. No entanto, a principal responsável foi a compra de casa própria, que afetou também a dinâmica do mercado de trabalho, na medida em que as pessoas que têm habitação própria mais dificilmente mudam de cidade ou de região para procurar e obter emprego. Um motivo que conduziu ao endividamento por aquisição de habitação própria foi a política de taxas de juro bonificadas para as famílias de rendimentos mais baixos, além da facilidade em obter crédito, que já foi desenvolvida.

Paralelamente ao FMI, Álvaro Santos Pereira<sup>4</sup> recomenda que, para tentar resolver o endividamento externo, além da lógica necessidade de exportar mais e importar menos, torna-se fulcral aumentar a taxa de poupança e o sistema de incentivos não pode, como fez e continua a fazer, priorizar o consumo face à poupança. Além disso, urge diminuir a dependência energética do país.

Por outro lado, é necessário continuar a redução de crédito malparado no sistema financeiro, que ameaça a sustentabilidade dos bancos. Devem os bancos continuar a reduzir as suas imparidades e créditos não-proveitosos, assim como continuar a encontrar formas de obter um funcionamento cada vez mais eficiente e a ser mais rentáveis. Devem os supervisores assegurar que o capital dos bancos também resiste a abrandamentos no crescimento económico.

Pelas razões acima indicadas, a diminuição da dívida pública deve ser, sem qualquer sombra de dúvida, uma das maiores preocupações de política macroeconómica em Portugal. A despesa tem de ser revista e a sua composição necessita de atenção urgente.

### **3. A dívida pública**

Antes de mais, cumpre dizer que dívida não é sinónimo de défice. O défice é uma realidade essencialmente orçamental, na medida em que ilustra uma situação em que as despesas efetuadas durante o ano económico (que coincide com o ano civil, janeiro-dezembro) superam as receitas. Por outro lado, a dívida deve ser entendida num âmbito mais “global”, digamos, já que consiste no dinheiro que o país (esta noção abstrata engloba a Administração Pública, as empresas e os particulares) tem de pagar a terceiros.

Esperar-se-ia que a participação de Portugal no projeto europeu fosse um fator essencial na superação definitiva do seu histórico problemático com a dívida, com o défice orçamental e com o crescimento económico deficiente. Contudo, que desenvolvimento baseado em fundos comunitários (que são fundamentalmente empréstimos europeus) e na concessão desgovernada de crédito pelos bancos às empresas e às famílias é sustentável? A contração sucessiva de empréstimos, o crescimento das importações com recurso ao crédito do exterior e o foco em setores do mercado interno (imobiliário,

---

<sup>4</sup> Santos Pereira, *Op. Cit.*

comércio retalhista, entre outros), casados com a grande crise de 2008, foram a receita perfeita para o desaire económico verificado.

Portanto, após anos de intervenção do FMI e da troika em Portugal, podemos dizer que estamos “curados” do défice e da dívida crónicos? Ora, tendo como referência os relatórios do FMI e da Comissão Europeia sobre a situação portuguesa em 2019, podemos resumir quase tudo numa frase: estamos no bom caminho, mas é preciso fazer mais.

Nos seus relatórios, tanto o FMI como a Comissão apontam um desempenho económico positivo nos últimos anos (se bem que tende a abrandar no futuro), apontando vários méritos que merecem uma atenção especial:

- 1- A criação de emprego cresceu 1,5% no ano de 2019, sendo de notar também que a percentagem de portugueses em situações de emprego temporário decresceu pela primeira vez desde a crise, bem como a redução da taxa de desemprego para 6,8%, comparada com a taxa de 7,9% registada no ano anterior<sup>5</sup>;
- 2- O rácio défice/PIB desceu para 0,5% em 2018, um novo recorde na história da democracia portuguesa;
- 3- Ao nível jurídico, o Código de Insolvência e Recuperação de Empresas foi revisto com o objetivo de garantir a sobrevivência de mais empresas portuguesas no mercado através de um “Mecanismo de aviso antecipado” (“early warning mechanism”) que dirige recomendações às empresas em perigo de insolvência para esse fim;
- 4- A dívida (pública e privada) e o défice têm diminuído consistentemente, com as devidas limitações que já mencionámos;
- 5- Os bancos têm reduzido o volume de concessão de empréstimos de mau desempenho;
- 6- A melhoria das condições de trabalho tem permitido a redução da percentagem de portugueses em risco de pobreza<sup>6</sup> e de exclusão social;
- 7- O Estado português tem promovido vários programas de melhoria das qualificações da sua mão de obra, especialmente no que diz respeito às suas competências digitais, mas não há que descurar os esforços de incentivo ao ingresso no ensino superior, de combate ao abandono escolar e de melhoria do ensino vocacional.

No entanto, não obstante a dedicação dos nossos governos (que é de aplaudir, de facto), Portugal continua muito atrasado face aos seus parceiros europeus na maioria dos campos supramencionados. Dito isto, que resta a Portugal para que finalmente alcance (ou pelo menos tenha hipóteses de alcançar) a média europeia?

Para responder a esta pergunta, teremos em conta, mais uma vez, as recomendações feitas pelo FMI e pela Comissão Europeia nos seus respetivos relatórios.

---

<sup>5</sup> “Statement by Mr. Fanizza and Ms. Lopes on Portugal – Executive Board Meeting”, p. 2, 2019 (este é um anexo ao relatório do FMI sobre Portugal, também de julho de 2019).

<sup>6</sup> A UE define a linha do risco de pobreza como “60% do rendimento mediano por adulto equivalente” (INE) – Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN), “O que é a pobreza?” (em linha), consultado em 17-11-2019, disponível em <https://www.eapn.pt/o-que-e-a-pobreza>

O FMI começa por abordar questões estruturais (que já concluímos serem o principal fator por trás da dívida pública excessiva), aconselhando incentivos ao aumento da poupança das famílias e das empresas (que está abaixo da média europeia), argumentando que a poupança abre mais oportunidades para o investimento sem que se criem desequilíbrios externos. A fim de atenuar a produtividade reduzida da mão de obra portuguesa (também uma dificuldade séria destacada por Santos Pereira<sup>7</sup>), o FMI recomenda a continuação da aposta na educação, nomeadamente dos programas de “instrução digital” da população adulta e das melhorias no ensino vocacional, uma vez que, segundo esta instituição, uma população mais instruída tende a poupar mais, indo de encontro ao ponto anterior. Do ponto de vista jurídico, apoia-se a flexibilização ainda maior da legislação laboral, especialmente a respeitante aos contratos de trabalho permanente, na esperança de reduzir o número de contratos de trabalho temporário e o número de trabalhadores com o salário mínimo nacional (lembra-se que, na primeira metade de 2018, 40,2% dos novos empregos criados tinham como remuneração o salário mínimo<sup>8</sup>), além de afetar num sentido positivo a adaptabilidade e a competitividade das empresas.

A Comissão repete essencialmente as recomendações do FMI, mencionando “O aumento do investimento público e privado na inovação, na melhoria das competências, na eficiência dos recursos, nas infraestruturas de transportes e em políticas de emprego modernas” como meio de reforço do desenvolvimento sustentável da economia. Contudo, um ponto muito relevante para a nossa exposição é a necessidade de implementação de políticas orçamentais viradas para o crescimento com a finalidade de manter a dívida pública em trajetória descendente, através de um controlo eficaz das despesas da administração pública em geral e da “tomada de medidas decisivas para fazer face aos persistentemente elevados pagamentos em atraso dos hospitais e para melhorar a sustentabilidade financeira das empresas públicas e do sistema de pensões”<sup>9</sup>. Finalmente, compete-nos referir a urgência da cooperação com a Espanha e com a França no sentido de desenvolver novas infraestruturas energéticas para fazer frente ao custo em crescendo da energia (note-se que a Comissão culpabiliza a excessiva tributação por parte do Estado português), bem como infraestruturas de transportes para incentivar “um maior investimento nas infraestruturas portuárias” e “uma maior integração da rede ferroviária com Espanha”.

Quanto ao aumento de impostos, esta tem sido a medida mais empregue ao longo dos tempos e que é utilizada para cobrir o despesismo público, sendo o caminho mais fácil comparando com uma reforma do Estado (que continua a ser urgente realizar) ou com a redução de despesas públicas. Além disso, a nossa carga fiscal é desproporcional face ao nosso nível de rendimento médio. Deste modo, aumentar impostos para financiar os défices orçamentais torna-se insustentável e conduz à garantia de que teríamos um país ainda menos competitivo (porque os impostos se refletem nos custos de

---

<sup>7</sup> Santos Pereira, *Op. Cit.*

<sup>8</sup> FMI, “Staff Report for the 2019 Article IV Consultation”, p. 25, 18-05-2019.

<sup>9</sup> Comissão Europeia, “Relatório relativo a Portugal de 2019”, que inclui a apreciação aprofundada da prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos”, p. 8, 27-2-2019.

produção e, conseqüentemente, no preço das exportações) e produtivo. Este aumento só serviria para aumentar cada vez mais o despesismo irresponsável dos governos e a evasão fiscal, dado que esta aumenta com o aumento das taxas de imposto (uma vez que crescem os benefícios marginais da evasão). Para além disso, a certo ponto, a resistência dos cidadãos não permite aumentar mais a carga fiscal, sobretudo em governos preocupados com o populismo eleitoralista e com a renovação do mandato.

#### **4. O endividamento privado**

Cabe-nos, por fim, sem diminuir a quota-parte da culpa do setor público para o efeito, apresentar o elemento silencioso da crise económica: o setor privado.

O setor privado poderá ser entendido como o epicentro de todo o desenvolvimento económico. Foi, em 2008, ponto de eclosão da crise económica e é, na atualidade, o motor propulsor do positivo desenvolvimento económico. Com efeito, surge em 2008 um clímax cumulativo de lesivas condições económicas que corroboraram num ponto irreversível, pelo qual a recessão económica era evidente. Crédito fácil e subseqüentemente investimento mal aplicado, foram os termos na ordem lógica do comportamento económico desta altura.

O endividamento privado leva a uma recessão do consumo, que implica uma estagnação da economia. Uma economia sem consumo, é uma economia com menos produção e com menos atividade empresarial, é uma economia em falência. Por isto se afirmou que o setor privado é o efetivo epicentro do desenvolvimento económico e faz sentido focar o endividamento privado, numa análise da evolução económica portuguesa.

#### **5. Conclusões**

Como é sabido, Portugal tem um défice externo crónico refletido nos sucessivos défices da balança comercial e da balança de pagamentos. Como agravante, a liberalização do comércio mundial e a concorrência de países como a China prejudicaram a competitividade das exportações nacionais. Os governos têm adiado o combate aos desequilíbrios estruturais e externos das finanças públicas, algo que é tão importante, sob pena de destruímos a nossa credibilidade internacional e de, por conseguinte, vermos inoportáveis os juros da dívida. A despesa tem de ser revista, em termos estruturais. A sua composição necessita de atenção. A diminuição da dívida pública deve ser, sem qualquer sombra de dúvida, uma das maiores preocupações de política macroeconómica em Portugal. A redução sustentada da dívida pública pode levar a uma estabilidade macroeconómica que abra muito mais espaço de manobra ao Estado (sem tanta dependência da flutuação dos mercados financeiros), o que permitirá, também, diminuir algum esforço fiscal existente sobre os cidadãos.

Fechamos esta breve reflexão com a lembrança vincada que urge transformar a nossa execução orçamental e inculcar em Portugal uma disciplina orçamental no lado das despesas. São necessárias

regras neste sentido, mas regras estáveis e duradouras. É insustentável vermos essas normas mudarem de ano para ano, sem preocupações com o estabelecimento de uma política de despesa definitiva, contínua e efetiva. Não estão apenas em jogo as expectativas legítimas dos cidadãos contribuintes, mas também o desenvolvimento do nosso país, a transparência e segurança do sistema, a representatividade e o interesse público. Não se poderá admitir violações constantes do princípio da neutralidade e desrespeito pela responsabilidade, a prudência, o empenho na causa pública, a disciplina, a honestidade e integridade.

Por outro lado, há que ter em conta que ciclos económicos virtuosos começam com uma gestão harmoniosa e regradada dos agregados familiares e com uma gestão consciente nas empresas.

A economia tornou-se muitas vezes enganosa – créditos sobre créditos, geram uma ideia primitiva e falaciosa, sem embargo, tentadora, de que o indivíduo pode consumir sem tetos, sem limites. Ademais, responsabilizar os privados poderá ser uma tarefa difícil, quando nem estes têm noção da sua quota-parte de culpa, de que é exemplo a contração de novos empréstimos para lidar com dívidas decorrentes de um primeiro endividamento.

O crédito não é, nem nunca poderá ser, a derradeira solução: este facto já entrou, inclusive, na lógica empresarial, cada vez mais apta a arquitetar novas formas de posicionamento no mercado e, também de investimento, que evitem a tipologia clássica que assenta no empréstimo financeiro. Resta transpor esta crença para a lógica familiar. O consumo é importantíssimo, mas mais importante é a estabilidade financeira.

## Bibliografia

- BANCO DE PORTUGAL. Documentação relativa ao Programa de Assistência Económica e Financeira. [Online] Disponível em: <https://www.bportugal.pt/list/documentacao-relativa-ao-programa-de-assistencia-economica-e-financeira>. [Acedido em 27 de setembro de 2021]
- BANCO DE PORTUGAL. O que é a dívida pública? [Online] Disponível em: <https://www.bportugal.pt/page/o-que-e-divida-publica>. [Acedido em 27 de setembro de 2021]
- BANCO DE PORTUGAL. Produtividade e custos laborais. [Online] Disponível em: [https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/4-produtividade\\_custos\\_laborais.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/4-produtividade_custos_laborais.pdf). [Acedido em 27 de setembro de 2021]
- BPSTAT. Dívida Pública. [Online] Disponível em: <https://bpstat.bportugal.pt/dados/series?mode=graphic&svid=2055&series=12561507>. [Acedido em 27 de setembro de 2021]
- COMISSÃO EUROPEIA (2019). Relatório relativo a Portugal de 2019, que inclui a apreciação aprofundada da prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos. [Online] SWD(2019) 1021 final. Disponível em: [https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/file\\_import/2019-european-semester-country-report-portugal\\_pt.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/file_import/2019-european-semester-country-report-portugal_pt.pdf). [Acedido em 27 de setembro de 2021]
- FMI. Staff Report for the 2019 Article IV Consultation. [Online] Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2019/07/11/Portugal-2019-Article-IV-Consultation-Press-Release-Staff-Report-and-Statement-by-the-47104>. [Acedido em 27 de setembro de 2021]
- LEIRIA, I. (2017). 40% dos jovens de 20 anos estão no ensino superior. [Online] Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2017-09-09-40-dos-jovens-de-20-anos-estao-no-ensino-superior>. [Acedido em 12 de novembro de 2019]

- PEREIRA, A. (2011). Portugal na hora da verdade: como vencer a crise nacional. Lisboa: Gradiva
- PORDATA. Despesas do Estado em % do PIB: por algumas funções. [Online] Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Despesas+do+Estado+em+percentagem+do+PIB+por+algumas+fun%C3%A7%C3%B5es-2778-236919>. [Acedido em 27 de setembro de 2021]
- PORDATA. Produtividade do trabalho por hora trabalhada (euro). [Online] Disponível em: [https://www.pordata.pt/Europa/Produtividade+do+trabalho+por+hora+trabalhada+\(Euro\)-3019](https://www.pordata.pt/Europa/Produtividade+do+trabalho+por+hora+trabalhada+(Euro)-3019). [Acedido em 27 de setembro de 2021]
- PORDATA. Despesa da Segurança Social. [Online] Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Despesa+da+Seguran%C3%A7a+Social+total+e+por+tipo-100-369>. [Acedido em 27 de setembro de 2021]
- RIBEIRO, J. (1997). Lições de Finanças Públicas. Coimbra: Coimbra Editora
- ROCHA, E. (1984). Crescimento económico em Portugal nos anos de 1960-73: alteração estrutural e ajustamento da oferta à procura de trabalho, *Análise Social*. [Online] XX, 621-644. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223475624P7mTE0cw8Lu53HY1.pdf>. [Acedido em 3 de novembro de 2019]
- SILVA, A. (2010). Discurso no ato comemorativo dos 25 anos da assinatura do tratado de adesão de Portugal à CEE
- TEIXEIRA, G. (2021), Manual de Direito Fiscal, 6ª edição, Almedina